



GT – 11: Grandes projetos urbanos, financeirização, estado e planejamento corporativo

REDES GLOBAIS E A CRIAÇÃO DE UMA CORPORAÇÃO DA ÁGUA NO BRASIL: O CASO DA AEGEA

Autor: Eduardo Lopes Pederneira

Filiação institucional: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF

E-mail: eduardolpederneira@gmail.com

RESUMO: Neste trabalho temos como foco analisar a formação da corporação Aegea, contudo, para isso precisamos fazer uma análise das redes globais de investidores que se articulam em diferentes escalas com objetivo de articular fluxos globais de capitais com impactos regionais a partir da aquisição de ativos. Além da análise conceitual de termos como redes e escalas, precisamos compreender o crescimento de investimentos privados no Brasil a partir do novo marco legal do saneamento básico de 2020. O arcabouço jurídico traz segurança para um movimento de aumento de agentes privados no setor da água que já ocorria antes do marco legal. Portanto, o novo arcabouço jurídico e a articulação de investidores em escala global, consolida a criação de uma grande corporação da água no Brasil, a companhia Aegea.

Palavras-chave: Saneamento básico; Corporação; Redes.

1. INTRODUÇÃO

O saneamento básico no Brasil vem consolidando uma estrutura iniciada nos anos 1990, no qual vem ocorrendo um aumento da participação de empresas privadas prestando o serviço de distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto. O Rio de Janeiro, desde o leilão de quatro blocos em 2021, tem a maior parte de suas cidades com serviços prestados por agentes privados. Essa nova realidade trouxe para a prestação dos serviços grandes empresas nacionais, como Aegea, Águas do Brasil e Iguá. No caso da primeira companhia podemos notar a participação de sócios estrangeiros com investimentos espalhados pelo globo.

A capacidade de investimento dos sócios de empresas como Aegea é construída a partir de uma rede de investimentos globais de atores articulados em diferentes níveis escalares. Essa teia de pontos une investidores, especialistas nos ativos locais, gestores públicos em

diferentes níveis administrativos, faz com que o crescimento de corporações como Aegea precise ser compreendida a partir da interlocução desses agentes. Os ativos “glocais” ou seja, investidores com capacidade de atuação global com materialização de seus investimentos em níveis locais, ou seja, escala regional, são cada vez maiores numa economia interconectada.

Neste trabalho pretendemos, a partir do leilão de blocos de saneamento básico no Rio de Janeiro e do aumento da participação de atores privados no saneamento básico brasileiro a partir do marco legal do saneamento básico de 2020, compreender a formação de uma corporação como a Aegea. Estruturada a partir de uma rede de investidores com atuação global e no Brasil, a empresa hoje é uma das maiores do Brasil neste setor. Para isso vamos na primeira sessão do artigo analisar os conceitos chave para este trabalho, como Rede, Ator-rede, redes globais e escala. Após a estruturação de nosso embasamento teórico vamos analisar como a presença de investidores privados cresce no país a partir do novo marco legal de saneamento básico. Embora as concessões no setor não sejam novas, há um aumento considerável a partir deste marco institucional. Por fim, na última sessão do trabalho vamos estudar a formação de uma grande corporação da Água no Brasil. Apoiado em coleta de dados e análise dos sócios da companhia, vamos compreender sua estrutura financeira e distribuição geográfica pelo Brasil a partir da aquisição de concessões.

Nossa pesquisa, portanto, está apoiada em revisão bibliográfica para o arcabouço teórico-conceitual, coleta e sistematização de dados e pesquisa em materiais jornalísticos, como forma de preencher algumas lacunas, como posicionamento de gestores presentes em entrevistas aos jornais.

2. REDES CORPORATIVAS UMA FERRAMENTA METODOLÓGICA PARA ENTENDER AS CORPORAÇÕES DA ÁGUA

O conceito de rede será fundamental para a compreensão das articulações econômicas, das relações de poder e das escalas geográficas de atuação das corporações. Entendemos as corporações como atores-rede (DICKEN, 2021), cuja atuação se faz em diferentes espaços e escalas, com distâncias geográficas consideráveis. Para Henderson, Dicken, Hess, Coe e Yeung (2011) Teoria ator-rede foca na característica relacional de objetos e agências. As entidades nesta perspectiva só podem ser compreendidas pelas relações e conexões. Ou seja, os atores-

redes corporativos conseguem, mesmo à distância, acionar estratégias necessárias para atingir seus objetivos e gerir seus negócios na escala local.

Segundo Peter Dicken, as redes não são vistas como estruturas de organização, mas sim como “processos relacionais”. As redes, nesta perspectiva, são estruturais por existir relações de poder inclusa e são relacionais devido às interações entre os atores sociais com diferentes níveis de poder (DICKEN, 2001, p. 94). As redes, segundo Dicken (2001), não podem estar separadas da organização e do funcionamento das instituições do país onde atuam. Em Santos (2011) vemos que as redes são capazes de articular agentes de origens (sociais e institucionais) e objetivos distintos, ou seja, não há orientação sobre a atuação dos agentes. O modo como as instituições funcionam impacta na atuação e na estruturação das redes, assim como, o desenho e funcionamento das redes influenciam nas formas de operação das empresas. Além disso, como destaca Swyngedoun (2004), as redes econômicas precisam de arranjos institucionais territorialmente construídos. Não existindo fora de uma estrutura política, nesta perspectiva não podem funcionar independentemente ou fora de uma organização política.

Em Henderson, Dicken, Hess, Coe e Yeung (2011), por meio da perspectiva de Redes de Produção Global (RPG), os autores criam três níveis de elementos que estruturam um RPG, sendo enraizamento aquele que reflete sobre as os arranjos sociais e espaciais dos locais onde as firmas se encontram. Busca analisar que esses arranjos influenciam no modo como as firmas podem agir nos espaços, seus resultados e o modo como o entorno interage. Sendo assim, destacam os autores, o modo como essa relação ocorre parte do contato entre as características do local onde as empresas são criadas, com as características dos locais onde ela atua na rede.

Queremos dizer que, as relações em rede não se dão apenas entre corporações, mas também entre instituições e sociedade, ou seja, como as relações da sociedade impactam no funcionamento das empresas (Santos, 2011). O modo como as relações entre as corporações e os espaços que ocupam foram construídos impacta nas atividades desenvolvidas.

Para isso, Torrance (2009) demonstra a importância da dinâmica relacional na rede institucional para contribuir na tomada de decisões de investimentos em infraestrutura. Segundo a autora os investimentos realizados dependem de compreensão sobre os locais onde se está aplicando recursos, para isso, investidores vão precisar de especialistas locais, operadores, bancos de investimentos e advogados, que irão preparar os investidores com informações locais, para que os aportes sejam realizados.

Tanto Dicken, como Torrance, estão reafirmando a importância das dinâmicas relacionais da rede de produção, uma vez que a capacidade de obter informações favorece a posição dos investidores em tomadas de decisão e, com isso, geram possibilidades de lucratividade. Se as redes possuem uma característica relacional, possuem também, é claro, um aspecto espacial. Para Silva (2000) é importante destacar o caráter espacial das redes de corporações, já que elas se realizam de maneira concreta no espaço. Em Lobato (2011) as redes são em alguma dimensão, sociais. Contudo, a rede deixa de ser social e passa a ser geográfica, quando o componente espacial passa a ser fundamental. Nesta pesquisa, ao abordarmos os agentes envolvidos na concessão do saneamento básico fluminense, estamos tratando de uma rede que se articula a partir de um componente espacial, a distribuição e coleta de esgoto da população fluminense.

Em Ribeiro (2000) vemos que a organização espacial é organizada entre os fixos, que podem ser definidos como “[...] aqueles constituídos como resultado do trabalho e pelas forças produtivas engendradas pelos homens” (Ribeiro, 2000, p. 77). E pelos fluxos que fazem a interação entre os fixos. No caso estudado neste trabalho observamos empresas, investidores e poder público em interação por meio de contratos, metas e retornos econômicos, conectados por fixos que materializam essas inter-relações, o saneamento básico fluminense.

A obtenção de informações locais são fundamentais para a aplicação de investimentos em infraestruturas por parte dos atores privados nacionais e estrangeiros (Torrance, 2009). Para os investidores estrangeiros, a contratação de agentes locais, ou parceria com empresas nacionais, que auxiliem na alocação de investimentos é fundamental para auxiliar na compreensão da institucionalidade, as potencialidades, as características da sociedade local e a viabilidade dos ativos disponíveis. Observamos então redes que se formam a partir de uma necessidade de expansão econômica, mas que necessita das relações institucionais para se viabilizar e conectar.

Lorrain (2007) mostra que enquanto a empresa francesa de abastecimento Lyonnaise des Eaux se expande internacionalmente precisa fazer uma série de modificações na sua estrutura corporativa ao se deparar com novos e diversos arranjos institucionais. A companhia muda seu modo de inserção nos mercados externos e a gestão interna, tornando a tomada de decisões mais horizontal, incorporando dessa forma as particularidades locais. A companhia passa a ter um gestor por cada uma de suas concessões, em cada uma delas precisa existir

suficiência financeira e estar em diálogo com as decisões da matriz, embora siga as regulamentações locais (Lorrain, 2007).

Dicken se preocupa justamente com o poder que é exercido nas e pelas redes, e defende uma metodologia investigativa das redes. Ou seja, não somente o poder por dentro das redes, mas também o exercido por meio das redes estruturadas, como notamos no seguinte trecho:

Sugerimos que a tarefa de uma metodologia de rede para compreender a economia global deve ser identificar os atores nessas redes, seu poder e capacidades, e as maneiras pelas quais exercem seu poder por meio da associação com redes de relacionamentos (veja um exemplo de redes corporativas transnacionais em Pritchard 2000; Yeung 2000b). (DICKEN, 2001, p. 93)

Buscando compreender a atuação das corporações do saneamento e abastecimento de água cuja a atuação se dá em redes de diferentes escalas, Lorrain (2007) defende que atualmente algumas empresas transnacionais se organizam com um estrutura global (uma matriz), contudo realizam suas atividades em escala local. Isso é, em sua visão teríamos corporações locais-globais (Lorrain, 2007).

As empresas locais-globais funcionam em rede de forma que o local interage com as especificidades do espaço local (política, institucional, econômica e cultura), contudo se articula de maneira global com todas as empresas de um conglomerado se constituindo enquanto transnacional. O centro do conglomerado é uma rede de serviços prestados de forma local. É um tipo de empresa que localmente gera a própria riqueza para se manter, sendo independente economicamente da matriz.

Como forma de compreendermos as relações entre diferentes escalas de investidores, gestores locais e as corporações da água criadas a partir dessas relações escalares, precisamos entender o crescimento de concessões de saneamento básico no Brasil, para a partir disso analisarmos uma das empresas que adquiriu concessões no leilão de saneamento do Rio de Janeiro em 2021, no caso a empresa Aegea, vencedoras de dois dos quatro blocos leiloados naquele ano.

3. O SETOR PRIVADO NA ECONOMIA DA ÁGUA E DO SANEAMENTO NO BRASIL

Desde 2020, o setor de abastecimento de água e de saneamento vem passando por um intenso e acelerado crescimento, como observável na tabela 1 e 2 (Abcon Sindcon, 2023). Em pouco anos, o número de concessões (plenas ou parciais), parcerias público-privadas, locação de ativos, subdelegação e subconcessão¹ foi expressivo. Essa nova estrutura de modelos de concessão que possibilitam a realização de concessões em grupos de cidades atrai interesses de investidores privados. Embora as concessões do setor de saneamento básico sejam realizadas desde a década de 1990, e grandes grupos já atuassem no país e no estado do Rio de Janeiro, desde 2020 com o novo marco legal há um forte crescimento, como observado nas tabelas 1 e 2, dessa forma passam a gerir este tipo de serviço grandes conglomerados nacionais com investidores internacionais. As grandes somas de recursos que o setor precisa, segundo dados presentes no Plansab, sendo 201 bilhões de reais para universalização de acesso à água e 310 bilhões de reais para esgotamento sanitário, totalizando 511 bilhões de reais (PLANSAB, 2021), fomentam o discurso da necessidade de se atrair investidores privados para este setor, que ainda não alcançou a democratização necessária para a população.

Embora o setor privado gerindo saneamento básico seja uma realidade bem anterior, a partir de 2020, há um aumento considerável, saindo de 103 contratos em 2013, para 191 em 2020, assim como um crescimento do número de cidades atendidas por empresas privadas, 217 em 2013 para 850 em 2023 (ver tabela 1). Hoje o que se acompanha é a consolidação no novo marco legal. Uma modificação expressiva que o novo marco institucionaliza é a impossibilidade de os municípios realizarem contratos prévios com o Estados-membros, tampouco realizar contrato de programa com os entes estaduais ou empresas estatais de outra unidade federativa. Além da segurança econômica como: “[...] metas de expansão dos serviços, possíveis fontes de receitas alternativas, cálculo de indenização sobre os bens reversíveis não amortizados, repartição de riscos, entre outras.” (Leite, Neto, Bezerra, 2022), passa a ser obrigatória a realização de licitação para contrato de concessão.

¹ Nem todos no mesmo ritmo, as locações de ativos, subdelegações e subconcessões apresentam redução entre 2013 e 2023 como veremos em tabelas adiante

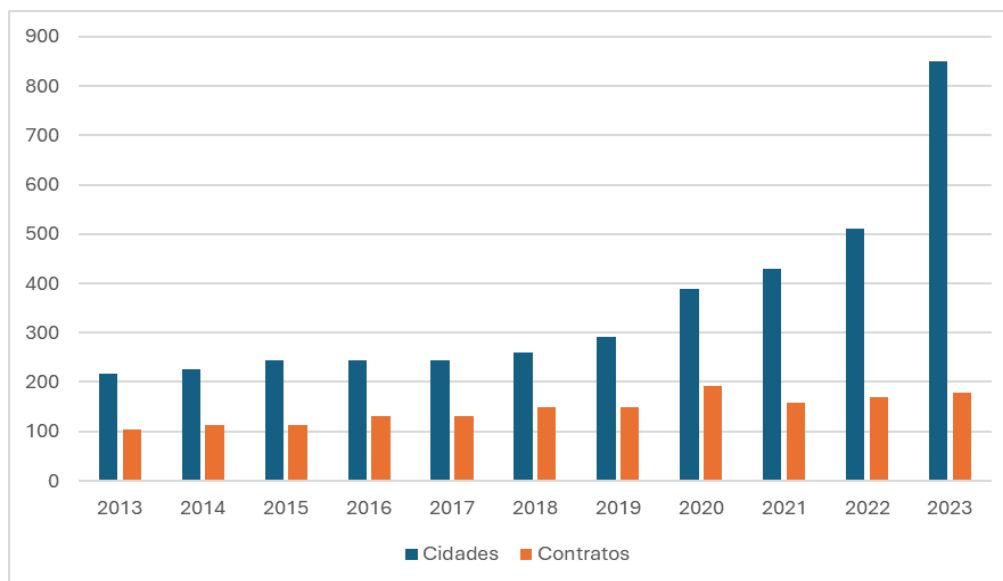
Em 2013, existiam 217 cidades com concessões controladas por empresas privadas; em 2023, o número saltou para 850, um crescimento de 291,7%. Observa-se que foi a partir de 2020, após a aprovação do marco legal do saneamento básico, que houve uma intensificação nos números de cidades geridas por entes privados, chegando a 430 cidades, em 2021 (um crescimento de 97,67% entre 2021 e 2023). Os contratos, conseqüentemente, apresentam intenso crescimento também, saindo de 103 contratos firmados com a iniciativa privada em 2013, passando para 191 em 2020 (crescimento de 85,43%) e voltando a 178 em 2023, aumento de 72,81% em relação a 2013.

Nos dados, fica evidente que a taxa de crescimento dos contratos não acompanha o avanço do número de cidades incorporadas. Enquanto em 2013, a proporção era de pouco menos de um contrato para cada duas cidades, o número de contratos representava 47,46% do número de cidades com concessões, em 2023, a proporção foi de 2 contratos para cada 5 cidades. Essa mudança indica a incorporação por parte do poder público de uma nova configuração dos contratos e leilões de concessão das áreas de serviço de abastecimento e saneamento. Os novos contratos de concessão passam a ser compostos, de maneira mais recorrente, por blocos ou regiões com abrangências de mais de um município. Isso fez com que a proporção entre contratos e cidades abarcadas diminuíssem, considerando que agora a mesma empresa adquire ao mesmo tempo mais de uma cidade para ofertar o serviço público.

É possível que a nova proporção seja um reflexo das mudanças e consolidações presentes no novo marco legal de saneamento. A novidade do novo marco é que se condiciona o acesso a recursos federais à existência de regionalização para gestão dos serviços de água e esgoto congregando mais de um município (Brasil, 2020). No caso da concessão do Rio de Janeiro, cujo processo foi assentado no marco legal anterior, se construiu diferentes blocos de áreas de serviços, que inclusive não acompanham a espacialidade de regionalizações contínuas.

Com esse arranjo, regiões de cidades passaram a ter, de maneira mais recorrente, seus serviços concedidos ao setor privado, permitindo um ganho de escala no ativo, em números de consumidores, por exemplo. Dessa maneira podemos observar um crescimento do número de cidades com concessões para entes privados e um aumento mais modesto no número de contratos, já que cada contrato contém várias cidades no mesmo bloco.

Gráfico 1 - Gráfico demonstrativo da distribuição de cidades e contratos voltados para iniciativa privada



Fonte: Abcon Sindcon (2023)

Dentro deste universo de novas concessões realizadas, ao compararmos os anos de 2013 e 2023, podemos observar, com os dados da Abcon, um pequeno aumento da presença das concessões plenas, na ordem de 6%. Ou seja, trata-se de concessão de distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto sem a participação de entes públicos no empreendimento ou empresa fornecedora do serviço; diferente do modelo Parceria Público Privada - PPP, quando há participação de entes públicos no capital acionário. Em 2013, 66% dos contratos eram no modelo de concessão plena para iniciativa privada e, em 2023, 72%. O número de PPPs, no mesmo período, saiu de 11% para 12%, embora possa indicar estabilidade nos números, segundo análise da Abcon Sindcon, entre 2013 e 2023 houve um crescimento de 91% nos contratos de PPP e de 90% nos contratos de concessão plena (Abcon Sindcon, 2023). Quanto às concessões parciais² há uma redução de 18% para 13%.

² Concessões parciais podem ser adotadas apenas para um ou outro entre esses serviços (água ou esgoto). O modelo segue as mesmas disposições de uma concessão plena quanto à remuneração e regulação. (Abcon Sindcon, 2023)

Tabela 1 - Percentual de tipos de contratos de Concessão de Serviços de Saneamento Básico por modalidade (2013-2023)

	2013	2023
Concessão Plena	66	72
PPP	11	12
Concessão Parcial	18	13
Outros*	5	3

*Locação de ativos, subdelegação e subconcessão Fonte: Abcon Sindcon (2023)

O processo de concessão das operações para empresa privada, na última década, vem provocando um crescimento no número de contratos e principalmente cidades com seu serviço de saneamento básico gerido por corporações privadas. Isso também se reflete no número de municípios com serviços geridos por diferentes tipos de operadores. Quando observamos o percentual de municípios, notamos um decréscimo no número de cidades atendidas por companhias estaduais, de 63,7% para 56,6%. O número de serviços geridos por serviços municipais também sofreu redução, de 30% para 23%. Ao passo que há um considerável crescimento das cidades atendidas por operadores privados, de 15,3% para 24,2%. O que se pode perceber é que, no período analisado, houve um deslocamento de serviços e consumidores atendidos, que estavam sob responsabilidade do poder público para a gestão da iniciativa privada.

Tabela 2 - Percentual de municípios atendidos por tipo de operador (2013 e 2023)

	2013	2023
Companhia estadual	63,7	56,6
Serviço municipal	30	23
Privado	15,3	24,2

Fonte: Abcon Sindcon, 2023

Nesse processo em curso, destacamos que entre 2020 e 2023, os leilões de saneamento realizados somam mais de 34 bilhões de reais em outorgas. Já os investimentos previstos são esperados mais de 61 bilhões de reais, como observável na tabela 4. Essa expectativa de investimentos é necessária para que se alcance a meta de 99% de acesso à água potável e 90%

de coleta e tratamento de esgoto até 2033, como previsto na Lei 14.026 de 2020, referente ao marco legal do saneamento. (Brasil, 2020).

Tabela 3 - Histórico de leilões de saneamento de julho - 2020

Data	Leilão	Vencedor	Investimento Previsto em Bilhão	Outorga/Aquisição em bilhão
set/ 20	Alagoas Bloco A	BRK Ambiental	2,60	2
out/ 20	PPP Sanesul	Aegea	1,00	-
abr/ 21	Rio Bloco 1	Aegea	8,30	8,2
abr/ 21	Rio Bloco 2	Iguá	2,80	7,3
abr/ 21	Rio Bloco 4	Aegea	16,00	7,2
set/ 21	Amapá	Equatorial e SAM Ambiental	3,10	0,93
dez /21	Alagoas Bloco B	Conasa e Allonda	1,90	1,2
dez /21	Alagoas Bloco C	Cymi e Aviva	1,00	1
set/ 21	Rio Bloco 3	Águas do Brasil e Vinci	4,70	2,2
set/ 22	Ceará Bloco 1	Partners	6,20	-
set/ 22	Ceará Bloco 2	Aegea	-	-
dez /22	Privatização Corsan	Aegea	13,00	4,15

jul/	PPP	Sanepar	Aegea, Perfin e	
22	Centro-Litoral		Kinea	1,20

Fonte: Hirata (2023)

Dos leilões realizados desde 2020 notamos participação do grupo Aegea em 6 deles, Iguá e Águas do Brasil em 1. Ou seja, os grupos que adquiriram as concessões no Rio de Janeiro venceram 8 dos 13 leilões, ou 63% do total. Sendo o grupo Aegea, vencedor de 46% dos leilões realizados desde 2020. Os investimentos previstos pelo grupo Aegea também são bastante expressivos, 63,93% dos investimentos previstos nestes leilões serão realizados por concessionárias do grupo, enquanto as concessões adquiridas pelos grupos Águas do Brasil e Iguá realizarão por meio de suas concessionárias, 12,3% dos investimentos previstos.

O marco legal do saneamento básico, os modelos propostos pelo BNDES e o aumento das concessões de saneamento básico desde 2020, apontam para um crescimento de medidas neoliberalizantes. Como destacam Werner e Quintslr (2021), estão resultando na conformação de empresas privadas expressivas no setor de saneamento no país. As empresas que investigaremos em nossa pesquisa, Aegea, Iguá e Águas do Brasil, vencedoras dos leilões fluminense, possuem relevante presença em 309 cidades do Brasil, ou 36,35% das cidades atendidas por empresas privadas e juntas atendem 53,95 milhões de pessoas. A Aegea é hoje a mais robusta concessionária do Brasil, entre aquelas de capital privado.

O aumento das companhias privadas de saneamento e a formação de corporações robustas apontam para um crescente poder de negociação e influência do setor privado na política de saneamento básico nacional. Quanto maior a receita, o número de clientes atendidos, maior a capacidade das companhias de adquirir novas concessões, assim “comprovando” sua capacidade técnica e financeira. A venda de ações, emissão de debêntures e securitizações são alguns exemplos de mecanismos financeiros que podem ser postos em prática, mas que dependem das características das empresas. O uso de debêntures, financiamentos do BNDES e geração de caixa, são importantes mecanismos de obtenção de recursos por essas empresas.

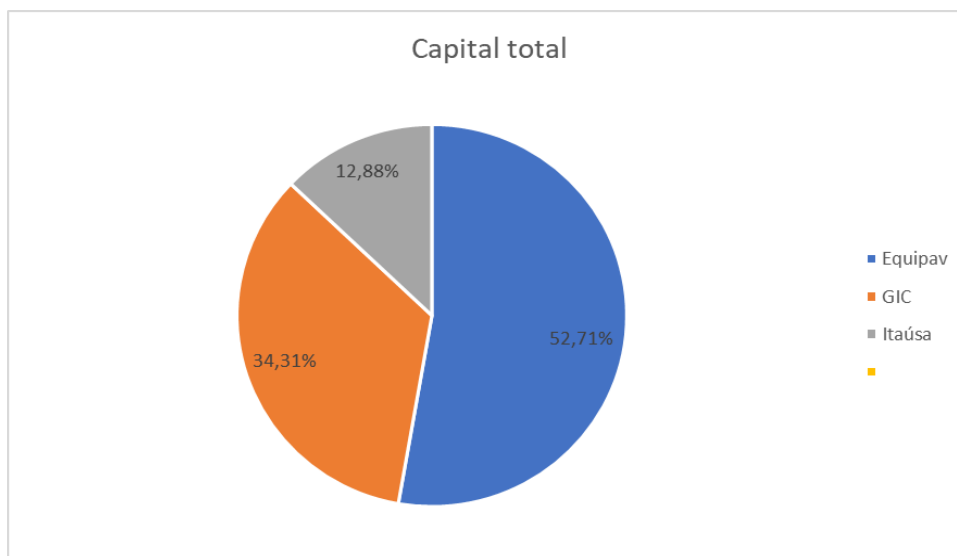
Na próxima sessão vamos analisar uma dessas companhias, a empresa Aegea, uma das maiores empresas de saneamento básico do Brasil e vencedora de dois dos quatro blocos concedidos para iniciativa privada no Rio de Janeiro, no leilão de 2021. Essa empresa é importante para nosso trabalho ao servir de exemplo das articulações globais entre investidores. As redes criadas pelos investidores possuem um impacto local evidente. Impacto este

distribuído geograficamente por todo o país, ou seja, é uma companhia formada por sócios de várias partes do mundo e que precisam compreender uma série de realidades locais pelo Brasil, necessitando de uma ampla rede de informações em variadas escalas.

4. AEGEA

A Aegea é uma associação de capital fechado que atua no gerenciamento de ativos de saneamento por meio de concessões plenas ou parciais e parcerias público-privadas (PPPs), como administradora de concessões públicas em todo processo do ciclo integral da água – abastecimento, coleta e tratamento de esgoto (Aegea). Fundada em 2010 pelo grupo Equipav, a companhia geria os serviços em Água Guariroba (MS) e Prólogos (RJ). Dois anos depois a empresa ganha um novo acionista, o IFC (International Finance Corporation), seguidos em 2013 pelos fundos GIC - Government of Singapore Investment Corporation (Fundo Soberano do Governo do Cingapura) e o Global Infrastructure Fund (GIF). A participação acionária dos grupos IFC e GIF seria encerrada em 2019. Em 2021 a holding Itaúsa passa a ser acionista junto com o fundo soberano de Cingapura e o grupo Equipav.

Gráfico 2: Estrutura acionária da companhia Aegea



Fonte: Aegea (2023)

A Equipav começou seus trabalhos em 1960 no estado de São Paulo, e tem seu controle dividido entre as famílias Toledo, Vetorazzo e Tarallo (Jornal Cana, 2010), tem como foco atuação nos setores de saneamento, rodovias, irrigação, investimentos e associações junto a empresas que têm como foco o desenvolvimento sustentável do Brasil (Equipav, 2023). Ao longo dos anos 1970 a 1990, a companhia atuou nos setores de concreto usinado, açúcar, álcool, mineração e gestão de resíduos sólidos (Equipav, 2023). A partir dos anos 2000, a companhia iniciou seus investimentos nos setores de mobilidade e saneamento, criando em 2010 a companhia Aegea. A partir de 2020, irá formar parceria com o grupo Perfin para atuação em concessões de rodovias no estado de Minas Gerais e investir no setor de infraestrutura hidroagrícola com a Germina Brasil. Entre os vários setores investidos pela empresa, estão os de rodovia, construção, açúcar e álcool, mineração e gestão de resíduos. Segundo informações contidas no site da empresa, o controle da companhia se dá pela sociedade de duas famílias do interior de São Paulo. Hoje o grupo tem posições acionárias nas companhias Aegea, EPR (parceria Equipav e Perfin) e Germina Brasil.

A Itaúsa é uma holding nacional de capital aberto criada em 1975 com o nome Investimentos Itaú S.A. tendo em seu portfólio as empresas Itaú e Dexco, naquele momento. A companhia se apresenta como a maior holding de investimentos do Brasil com valor de mercado de 106,4 bilhões de reais. A companhia estrutura seus investimentos a partir de três pilares: Alocação eficiente de capital; Perenidade dos negócios; Cultura compartilhada, (Itaúsa, 2024). Sua estrutura acionária é formada pela família ESA e ações para livre circulação no mercado, sendo a divisão da seguinte forma, 34% para a família ESA (Egydio de Souza Aranha) e 66% ações livres (desses 66%, 63% estão nas mãos de brasileiros e 37% são investidores estrangeiros). A companhia tem participação acionária nas empresas: Itaú (32% de participação), Alpargatas (29,5% de participação), CCR (10,3% de participação), Copa Energia (48,9% de participação), Nova Transportadora do Sudeste (NTS, 8,5% de participação), Dexco (37,9% de participação), Aegea (13% de participação). O Banco Itaú é o maior banco privado do país, e representa 85% (ou 91,3 bilhões de reais) do portfólio da Itaúsa, enquanto o saneamento básico, representado pela Aegea, representa 2% (2,6 bilhões de reais), esses dados estão presentes no balanço integrado de 2022, da companhia. Em relatório de 2023, a holding aponta o crescimento dos resultados obtidos por meio das empresas investidas, entre as mencionadas está a companhia Aegea a partir de melhora nos resultados operacionais e lucro líquido, com destaque para o “[...] maior volume faturado devido à consolidação da Corsan

(concessão adquirida pela Aegea em julho de 2023), aos reajustes tarifários e ao crescimento do volume faturado nas demais concessões, parcialmente compensados por maiores despesas financeiras” (AEGEA, 2023). Nos dados absolutos da companhia em 2023 a Aegea foi responsável por 79 milhões de reais no resultado da holding, superior aos 48 milhões no resultado Individual Gerencial da Itaúsa, um crescimento de 129% em relação a 2022.

Por fim, o GIC, o fundo soberano de Singapura, é um investidor global de longo prazo, ou seja, seus objetivos estão em valorização ao longo do tempo, não preocupados com retornos imediatos. Segundo a própria instituição em seu site, o fundo é um dos três que têm como objetivo gerar reservas para o país asiático. Segundo a instituição, essas reservas são importantes porque:

As reservas são um recurso crítico para o futuro de Cingapura. Primeiro, eles são um amortecedor valioso para recessões inevitáveis. Em segundo lugar, um balanço nacional forte promove a confiança do investidor, aumentando a resiliência do dólar de Cingapura. Em terceiro lugar, o rendimento do investimento das reservas. - Tradução Livre (GIC, 2022)

A Contribuição de Retorno do Investimento Líquido em 2022, segundo a companhia³, chegou a 21,56 bilhões de dólares (GIC, 2022), permitindo investimentos em outros setores dentro do país. O "Policy Portfólio" é composto por seis classes de ativos: Ações de Mercados Desenvolvidos (14% do portfólio), Ações de Mercados Emergentes (16% do portfólio), Títulos Nominais e Caixa (37% do portfólio), Títulos Indexados à Inflação (6% do portfólio), Capital Privado (Private Equity) (17% do portfólio) e Imóveis (10% do portfólio). Geograficamente, o portfólio do fundo tem 4% de seus ativos na América Latina, 37% no Estados Unidos, 4% no Reino Unido, 5% no Oriente médio, África e restante da Europa, 8% na Zona do Euro, 25% na Ásia (exceto o Japão), 7% no Japão. O fundo possui investimentos em grandes companhias globais, como o grupo UBS Group AG, uma das maiores instituições financeiras do mundo, com valor de mercado de 73,8 bilhões de dólares em 2022 (Barnert, 2022), com sede na Suíça. No setor imobiliário, o fundo adquiriu o Stuyvesant Town-Peter Cooper Village, um grande complexo de apartamentos residenciais localizado no bairro de Manhattan, em Nova York. Entre os investimentos em empresas de tecnologia do fundo estão o Grab Holdings, uma plataforma de transporte, finanças e tecnologia com sede em Cingapura. Além disso, o fundo

³ https://www.gic.com.sg/wp-content/uploads/2022/07/GIC_AR_2021-22_PRINT.pdf

investe na ByteDance, empresa dona do TikTok, e no aplicativo de hospedagem Airbnb. Quanto ao setor de infraestrutura, o fundo detém, além da participação na Aegea, detém o controle do aeroporto de Nova Delhi, na Índia.

Após a apresentação dos acionistas da empresa Aegea,- faremos uma radiografia da companhia. A empresa é a maior companhia privada do setor de saneamento do país (Hirata, 2021). É administradora de concessões públicas em todo o processo do ciclo integral da água – abastecimento, coleta e tratamento de esgoto - de acordo com as concessões de cada município. A empresa está presente em 178 municípios, distribuídos por 52 concessionárias em 13 estados, atuando desde 2010. Segundo a empresa, “(...) atualmente detém 53,2% do market share do setor, com aproximadamente 26 milhões de pessoas atendidas.”

Os ativos da companhia possuem como perfil o longo prazo, com contratos de 29 anos em média, de duração. Segundo a empresa os investimentos da companhia seguem características de seguranças financeira, tais como:

[...] (i) a demanda é relativamente inelástica; (ii) as tarifas são reajustadas anualmente por meio de índices inflacionários; (iii) os contratos de concessão têm cláusulas de reequilíbrio econômico para eventos não previstos à época de licitação, resultando em fluxos de caixa previsíveis. Mitigamos o risco através da diversificação geográfica e regulatória [...]

Uma outra característica dos investimentos da empresa está em adquirir concessões que possuam capacidade de crescimento, ou seja, expansão da rede de cobertura de água e esgoto (Aegea, 2024).

Quanto ao financiamento de seus investimentos, a companhia apresenta em seu site entendimento de que por serem investimentos essenciais (leia-se serviços públicos obrigatórios) teria maior acesso a financiamento de longo prazo e de juros baixos em “[...] bancos públicos brasileiros, agências multilaterais nacionais e internacionais, bancos de desenvolvimento e mercado de capitais – através da emissão de títulos de dívida tanto no mercado local como internacional (Aegea, 2024)”. Além da possibilidade de obter financiamento seguro e subsidiado, como o próprio BNDES disponibilizou na época das concessões do Rio de Janeiro, a empresa possui três grandes (Equipav, Itaúsa e GIC) investidores com elevados investimentos e experiência em outros setores de infraestrutura.

Além da aquisição da concessão no Rio de Janeiro, em 2021, a empresa adquiriu a concessionária gaúcha de saneamento básico, a Corsan em 2023. A companhia gaúcha atende

317 cidades e 6,5 milhões de pessoas e precisa regularizar as autorizações de operação com 230, dessas cidades, 10 estão vencidas. A aquisição da companhia foi feita em conjunto dos fundos Perfin e Kinea⁴ pelo preço de 4,15 bilhões de reais com promessa de investimentos da ordem de 15 bilhões de reais e distribuição de água para 99% da população e coleta de esgoto para pelo menos 90% da população do Rio Grande do Sul em 2033 (Rodrigues, 2023). A venda sofreu atrasos devido algumas liminares, entre elas relacionadas a questões trabalhistas. Por isso, o processo teve continuidade após a empresa fazer acordo se comprometendo em não demitir ninguém por 18 meses (5.600 funcionários) – esses funcionários podem aderir ao Programa de Demissão Voluntária - PDV mediante pagamento de indenização (Taís Hirata, 2023).

Além da concessão do Rio de Janeiro e a privatização da Corsan, a Aegea conquistou quatro importantes leilões de PPPs: Esgotamento sanitário do Mato Grosso do Sul, com contrato de 30 anos, assinado em 2021, a parceria engloba 68 municípios e atende 1,7 milhões de pessoas, com necessidade de investir 1 bilhão de reais ao longo do tempo de contrato. (Aegea, 2021); Esgotamento sanitário do Espírito Santo, contrato de 30 anos que contempla a concessão administrativa para a execução de obras de infraestrutura em esgotamento sanitário, com operações que se iniciaram em 2021. A parceria atende 402 mil pessoas em Cariacica, com investimentos planejados de 829 milhões de reais ao longo do contrato (Aegea, 2021); Esgotamento sanitário do Ceará, blocos 1 e 2. O bloco 1 atende as cidades de Aquiraz, Cascavel, Chorozinho, Eusébio, Guaiúba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus, Pacatuba, Juazeiro do Norte, Barbalha, Farias Brito, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri, atendendo 1,1 milhões de pessoas. O bloco 2 atende as cidades de Fortaleza, Caucaia, Paracuru, Paraipaba, São Gonçalo do Amarante, São Luís do Curu e Trairi. Os dois blocos possuem previsão de investimentos da ordem de 11,3 bilhões de reais até 2040 (Ceará, 2023); e Esgotamento sanitário da região metropolitana de Curitiba e do litoral do Paraná. O contrato prevê atendimento em 16 municípios da microrregião do Centro-Litoral do Paraná, com previsão de investimentos de 1,1 bilhões de reais em 24 anos de contrato (Aegea, 2023). Esses ativos adquiridos pela Aegea prometem em seus contratos mais de 11 bilhões de reais em investimentos, desconsiderando os valores relacionados ao Rio de Janeiro.

⁴ Perfin é uma gestora de recursos com 45 fundos de participação e investimentos ativos, segundo registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Kinea também é uma outra gestora de recursos com 58 fundos abertos.

Essas conquistas colocam a Aegea como uma das maiores empresas de saneamento básico do país. Por outro lado, os novos contratos fazem da empresa uma companhia com necessidade de grandes investimentos no curto e médio prazo para cumprir os compromissos, acarretando a necessidade de grandes financiamentos.

As discussões sobre abertura de capital da companhia estão presentes na mídia, contudo, não parece se tratar de uma medida para o curto prazo. Segundo entrevista de executivo da empresa presente em matéria do jornal Valor econômico, a medida serviria para ajudar no crescimento da empresa. Enquanto não lança seu IPO no mercado de capitais a companhia vem lançando no mercado outros mecanismos de captação de recursos. Em julho de 2023, a empresa pôs no mercado 5,54 bilhões de reais em debêntures para seus dois blocos de concessão no Rio de Janeiro, como observado na tabela 10 deste trabalho.

A partir de dados disponíveis no balanço de 2023 da Aegea é possível notar o peso da concessão no Rio de Janeiro em seu balanço. A companhia dividiu da seguinte forma: Aegea concessões, Águas do Rio e sua aquisição mais recente, a Corsan, para no fim, divulgar seus dados consolidados na coluna Aegea Proforma. Quando analisamos as receitas líquidas do grupo observamos um crescimento considerável do valor, chegando a 14,3 bilhões de reais, um aumento de 71,3% em relação a 2022, quando chegou a 8,3 bilhões de receita líquida. Desta receita de mais de 14 bilhões de reais, 6 bilhões 246 milhões são receitas líquidas atribuídas à Águas do Rio, concessionária que administra os blocos 1 e 2 no estado. Por ser uma concessão recente e que necessita de investimentos fortes no início da concessão, podemos observar um lucro líquido inferior aos outros segmentos do balanço. A aquisição feita no Rio de Janeiro quase dobra de tamanho alguns indicadores da companhia que permaneceu em crescimento nos anos posteriores.

Quanto à dívida líquida da companhia, embora tenha crescido consideravelmente e seu EBITDA tenha diminuído de 2022 para 2023, ainda apresenta um resultado interessante, com patamar superior a 3,71. Um EBITDA positivo significa que empresas podem gerar caixas com suas atividades, sem depender de outras atividades. Ou seja, mesmo a empresa estando em fase de expansão, consegue gerar caixa o suficiente e se manter financeiramente saudável.

5. CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho tentamos analisar como a atuação em rede dos investidores globais em busca de ativos para investimentos depende de articulações em níveis locais. No caso da Aegea, o Fundo Soberano de Singapura precisou se associar à investidores nacionais, como Itaúsa, que possui maior compreensão de como se investe no Brasil. Ao mesmo tempo, tanto a companhia Brasil quanto o fundo asiático precisaram de gestores para administrar os ativos de infraestrutura obtidos pelo Brasil. A Aegea possui uma ampla rede de ativos de saneamento básico pelo Brasil que depende de administradores que conheçam as variadas realidades locais, com seus desafios e facilidades.

A presença de gestores privados no saneamento básico nacional não é recente, remonta aos anos 1990, contudo, observamos um crescimento a partir dos anos 2020, com o marco legal do saneamento básico, quando vários leilões são desenvolvidos a partir da aglutinação de várias cidades num mesmo bloco de concessão, ampliando o ganho de escala dos investidores. É com este novo arcabouço, que trará segurança a movimentos já existentes no setor de saneamento nacional, além da necessidade de se alcançar a universalização do saneamento básico nacional, que gestores públicos pelo Brasil irão formalizar uma série de concessões.

A companhia Aegea, portanto, configura-se como uma corporação de atores que atuam em rede, tanto na configuração de sua estrutura acionária, quanto na distribuição de ativos que a companhia detém pelo Brasil, ampliando a escala dos ganhos, assim como os desafios de se administrar uma variedade tão grande de realidades locais, reforçando assim a compreensão de agentes “glocais”, ou seja, agindo em variados níveis de escala.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AEGEA. Disponível em: <https://www.aegea.com.br/>. Acesso em: 13 de jul. 2024
- ABCON-SINDCON. Panorama da participação privada no saneamento 2023. A década do saneamento, 2023. Disponível em: <https://abconsindcon.com.br/edicao-panorama/panorama-2023/>. Acesso em 15 jul. 2024.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Secretaria Nacional de Saneamento. Plano Nacional de Saneamento Básico. Brasília, DF, 25 jul 2019. Disponível em:

<https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/plano-nacional-de-saneamento-basico-plansab/arquivos/relatriodeavaliaoanualdoplansab2021.pdf>.

Acesso em 15 jul. 2024.

BRASIL. Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020. Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento, a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar o nome e as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o art. 175 da Constituição Federal, a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País, a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para tratar dos prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole), para estender seu âmbito de aplicação às microrregiões, e a Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados. Brasil, 2020b. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.026-de-15-de-julho-de-2020-267035421>.

CORRÊA, R. L. REDES GEOGRÁFICAS: REFLEXÕES SOBRE UM TEMA PERSISTENTE. *Cidades*, V. 9, Número 16, 2011.

DICKEN, P. et al. Chains and networks, territories and scales: towards a relational framework for analysing the global economy. *Global networks*, v. 1, n.2, p. 89-112, 2001.

EQUIPAV. Disponível em: <https://www.equipav.com.br/>. Acesso em: 13 jul. 2024.

GIC. Disponível em: <https://www.gic.com.sg/>. Acesso em: 14 jul. 2024

HENDERSON, J; DICKEN, P.; HESS, M.; COE, N. M.; YEUNG, H. W-C. Global Production Networks and the analysis of economic development. *Review of International Political Economy*, 9: p. 436-464, 2002.

HIRATA, T. Setor privado de saneamento básico vive ciclo de ‘digestão’ e incertezas. *Em presa, Valor econômico*, 2023. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2023/07/24/setor-privado-vive-ciclo-de-digestao-e-incertezas.ghtml>. Acesso em: 15 jul. 2023.

LEITE, C. H. P.; MOITA NETO, J. M.; BEZERRA, A. K. L. Novo marco legal do saneamento básico: alterações e perspectivas. *Engenharia Sanitaria e Ambiental*, [S.L.], v. 27, n. 5, p. 1041-1047, out. 2022.

LORRAIN, D. “The Local-Global Firm: Lyonnaise des Eaux,1980-2004”. *Sociologie du travail*, 49S, pp. e90-e109, 2007.

QUINTSLR, S. WERNER, D. Rodadas de neoliberalização e saneamento básico no Brasil: O caso da Companhia Estadual de Água e Esgoto do Rio de Janeiro (CEDAE). In: *Socioeconomia fluminense: políticas públicas em tempos de crise/organizado por Carlos Antônio Brandão, Deborah Werner, Fábio Lucas Pimentel de Oliveira*. - Rio de Janeiro : Consequência Editora, 2021.

REDAÇÃO. Equipav fecha divisão de grupo entre sócios. *Mercado, Jornal Cana*. Disponível em: <https://jornalcana.com.br/mercado/equipav-fecha-divisao-de-grupo-entre-socios/>. Acesso em: 14 jul. 2024

RIBEIRO, M. A. Abordagens analíticas das redes geográficas. *Boletim goiano de geografia*, p.p: 77-105, 2000.

SANTOS, R. Redes de produção globais (RPGS): Contribuições conceituais para a pesquisa em ciências sociais. *R. Pós Ci. Soc.* v.8, n.15, jan./jun. 2011

SILVA, C. A. F. da. A dimensão geográfica das corporações industriais: Uma proposta metodológica. *Geo UERJ Revista do Departamento de Geografia, UERJ, RJ*, n. 7, p. 19-29, 2000.

SWYNGEDOUW, E. *Social power and the urbanization of water: Flows of power*. Oxford, UK: Oxford University, 2004.

TORRANCE, M. *The Rise of a Global Infrastructure Market through Relational Investing*. Clark University, 85:1, p. 75-97, 2009.